O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

22 de Dezembro de 2003. — O Primeiro-Ajudante, *Luís Tavares de Pinho*.
2002579393

SANTO ANDRÉ — EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 15 450/20021023; identificação de pessoa colectiva n.º 503129356; inscrição n.º 7; número e data da apresentação: 15/021030.

Certifico que o capital foi elevado à cifra de € 50 000 tendo sido alterados os artigos 2.º (n.º 1), 5.º, 6.º, 9.º a 14.º, e eliminados os artigos 15.º a 33.º, que ficaram com a seguinte redacção:

Documento complementar elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 64.º do Código do Notariado relativo à firma Santo André — Empreendimentos Turísticos, S. A.

ARTIGO 2.º

1 — A sede social é na Rua de Brito Capelo, 810, 3.º, traseiras, freguesia e concelho de Matosinhos.

ARTIGO 5.º

O capital social inteiramente subscrito e realizado é de cinquenta mil euros e está dividido em dez mil acções com o valor nominal de cinco euros cada.

ARTIGO 6.º

1 — As acções serão nominativas ou ao portador, reciprocamente convertíveis à vontade do accionista, a cargo de quem ficarão as despesas de conversão.

2 — As acções poderão ser representadas por títulos de 1, 10, 15, 100, 500 e 1000 acções.

3 — Os títulos representados das acções, definitivos ou provisórios, serão sempre assinados por um administrador ou por mandatário com poderes especiais para o acto.

4 — As despesas de conversão, divisão ou substituição das acções de conta do accionista requerente.

Órgãos sociais

ARTIGO 9.º

São órgãos da sociedade a assembleia geral, o administrador único ou conselho de administração e o fiscal único, conforme for deliberado em assembleia geral.

SECÇÃO I

Assembleia geral

ARTIGO 10.º

1 — A assembleia geral é constituída por todos os accionistas.

2 — Os accionistas pessoas singulares poderão fazer-se representar nas reuniões da assembleia geral pelo cônjuge, por um descendente ou ascendente, por outro accionista ou pelo administrador, as pessoas colectivas far-se-ão representar por quem para o efeito designarem.

3 — A mesa da assembleia geral é composta por um presidente e um secretário eleitos pela própria assembleia pelo período de um ano e que poderão não ser accionistas.

SECÇÃO II

Administração e fiscalização

ARTIGO 11.º

A gestão e representação da sociedade compete a um administrador único ou, em alternativa, a um conselho de administração composto por três ou cinco membros, eleitos por um período de um ano por delegação dos accionistas.

ARTIGO 12.º

O órgão de administração tem os mais amplos poderes de gestão e de representação da sociedade, cabendo-lhe praticar todos os actos

tendentes à realização do objecto social e competindo-lhe especialmente:

a) Representar a sociedade, em juízo e fora dele, activa e passivamente;

b) Adquirir, alienar ou onerar direitos, bens móveis ou imóveis e participações sociais;

c) Adquirir, alienar; onerar, trespassar tomar de trespasses estabelecimentos comerciais ou industriais;

d) Aprovar as regras gerais a que devem obedecer os contratos a celebrar com quaisquer accionistas;

e) Constituir mandatários com os poderes que julgue convenientes;

f) Negociar com quaisquer instituições de crédito, bancárias ou para bancárias, todas e quaisquer operações de financiamento que entenda necessárias, designadamente contraindo empréstimos ou outras obrigações, nos termos, condições e forma que reputar convenientes;

g) Deliberar que a sociedade se associe com outras pessoas ou entidades nos termos do artigo 4.º do contrato de sociedade.

h) Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas pela lei, pela assembleia geral e por este contrato de sociedade.

ARTIGO 13.º

A sociedade fica vinculada mediante a intervenção.

a) Do administrador único ou, caso exista conselho de administração de dois administradores.

b) De um procurador, constituído para a prática de acto certo e determinado.

ARTIGO 14.º

1 — A fiscalização da sociedade compete a um fiscal único e a um suplente.

2 — O fiscal único e o suplente serão revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

29 de Janeiro de 2003. — A Primeira-Ajudante, *Ana Mafalda Magalhães Basto*.
3000213612

IBERSETA — SOCIEDADE DE PROJECTOS E MONTAGENS INDUSTRIAIS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 05677/950407; identificação de pessoa colectiva n.º 503410888; inscrição n.º 12; número e data da apresentação: 3/20020202.

Certifico que foi aumentado o capital com € 42 518,03, em dinheiro, passando a ser € 50 000, e foi alterado o contrato da sociedade, tendo sido modificado o artigo 3.º que fica com a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de cinquenta mil euros, e está dividido em três quotas: na de quarenta e sete mil e quinhentos euros, do sócio, Serafim Manuel Mendes Azevedo, a de trezentos e setenta e quatro euros e dez cêntimos, e outra de dois mil cento e vinte e cinco euros e noventa cêntimos, ambas do sócio, André dos Santos Mendes Azevedo.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

2 de Fevereiro de 2004. — O Primeiro-Ajudante, *Luís Tavares de Pinho*.
2002600236

VILA DO CONDE

AUGUSTO CARNEIRO & FILHOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Vila do Conde. Matrícula n.º 03840/040506; identificação de pessoa colectiva n.º P 506048012; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 02/20040504.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo seguinte contrato social:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Augusto Carneiro & Filhos, L.ª, e tem a sua sede na Rua D. Ildefonso, sem número, freguesia de Macieira da Maia, concelho de Vila do Conde.

§ único. Por simples deliberação, a gerência poderá transferir a sede social para outro local do mesmo concelho ou de concelhos limítrofes, bem como criar ou encerrar filiais ou qualquer forma de representação social, em território nacional e estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O seu objecto consiste no comércio por grosso e a retalho de vestuário e fabrico do mesmo.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social integralmente subscrito em dinheiro é de dez mil euros, e está dividido em quatro quotas, duas iguais do valor nominal de quatro mil euros pertencentes uma a cada um dos sócios Augusto Carneiro Dias dos Santos e Maria Rosa Gonçalves Pereira Campos e duas iguais do valor nominal de mil euros pertencentes uma a cada um dos sócios Ricardo Augusto Pereira dos Santos e Filipe Joaquim Pereira dos Santos.

2 — Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares de capital ate cinco vezes o capital social.

4 — Depende da deliberação dos sócios a celebração de contratos de suprimentos.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, remunerada ou não conforme for deliberado em assembleia geral, fica a cargo dos sócios Augusto Carneiro Dias dos Santos e Maria Rosa Gonçalves Pereira Campos, que desde já, são nomeados gerentes.

2 — Para validamente representar e obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos, é suficiente a assinatura de um gerente.

3 — Para além dos poderes normais de gerência, poderá ainda a gerência:

a) Comprar, vender, tomar a dar de arrendamento ou trespasse, quaisquer móveis e imóveis, de e para a sociedade;

b) Comprar e vender veículos automóveis, de e para a sociedade, podendo assinar os competentes contratos de *leasing*, nomeadamente para aquisição de equipamento;

c) Obter empréstimos, pelos prazos e condições que entenderem.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas é livre entre sócios: contudo a favor de estranhos, depende do consentimento da sociedade, gozando esta em primeiro lugar e os restantes sócios não cedentes em segundo lugar, do direito de preferência, na respectiva aquisição.

ARTIGO 6.º

1 — A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio, nos seguintes casos:

a) Por acordo com o respectivo titular;

b) Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência ou cessação gratuita não autorizada;

c) Por falência do sócio;

d) Quando por qualquer outro motivo a quota seja retirada da livre disponibilidade do seu titular, nomeadamente quando em partilha por divórcio, separação de pessoas e bens ou só de bens a quota não for adjudicada ao respectivo titular;

e) Por interdição ou inabilitação permanente ou morte de qualquer sócio.

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá participar no capital de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

Está conforme.

19 de Maio de 2004. — A Primeira-Ajudante, (*Assinatura ilegível.*)
2004567520

CENTRO DE BIOESTÉTICA MARIA JOSÉ RUA, UNIPESSOAL, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Vila do Conde. Matrícula n.º 0224/980115; identificação de pessoa colectiva n.º 504035118; inscrição n.º 4; números e data das apresentações: 2 e 3/13012004.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi registado a alteração total do contrato, sendo transformada em sociedade uni-

peçoal e passando a reger-se pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a denominação de Centro de Bioestética Maria José Rua, Unipessoal, L.ª, tem a sua sede na Rua de Benguiados, 510, da freguesia e sede do concelho de Vila do Conde.

2 — A gerência da sociedade poderá livremente deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

ARTIGO 2.º

O objecto social consiste na actividade de esteticista, cosmetologista, prestação de serviços, depilação, depilação eléctrica, tratamento do corpo, tratamento do rosto, drenagem venolinfática, tratamento de mãos e pés e outros serviços afins; venda de produtos.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de cinco mil euros, representado por uma quota de igual valor nominal de que é titular a única sócia Maria José Correia da Silva Rua.

ARTIGO 4.º

A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, compete à sócia única.

ARTIGO 5.º

1 — A sociedade obriga-se com a intervenção de um gerente.

2 — A sociedade poderá constituir mandatários, mediante as respectivas procurações.

3 — A sócia única pode celebrar negócios jurídicos com a sociedade desde que sirvam para a prossecução do objecto da sociedade.

Está conforme.

9 de Fevereiro de 2004. — A Primeira-Ajudante, (*Assinatura ilegível.*)
2004552093

SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES AVELEDA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Vila do Conde. Matrícula n.º 01055/891222; identificação de pessoa colectiva n.º 502261269; averbamento n.º 01 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 19; números e data das apresentações: 6 e 7/29112002.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Cessaçao de funções de gerente — António Maria Moreira Azevedo Cruz, por renúncia, em 20 de Novembro de 2002.

Aumento de capital e alteração do contrato.

Capital: 200 000 euros, após o reforço de 100 240,42 euros, realizado em dinheiro subscrito por Manuel Jesus Silva — 60 144,26 euros, Jaime de Lima Branco — 30 072,12 euros e Sérgio Fernando Pereira de Carvalho — 10 024,04 euros.

Foram alterados os artigos 1.º, 3.º e o n.º 1 do 5.º

ARTIGO 1.º

A sociedade sob a firma Sociedade de Construções Aveleda, L.ª, tem a sua sede na travessa das Cancelas Vermelhas, sem número, freguesia de Aveleda, concelho de Vila do Conde.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado é de duzentos mil euros e corresponde à soma de três quotas, sendo uma do valor nominal de cento e vinte mil euros, pertencente ao sócio Manuel Jesus Silva, outra quota do valor nominal de sessenta mil euros, pertencente ao sócio Jaime de Lima branco e outra quota do valor nominal de vinte mil euros, pertencente ao sócio Sérgio Fernando Pereira de Carvalho.

ARTIGO 5.º

1 — A gerência da sociedade, remunerada ou não conforme for deliberado em assembleia geral, fica a cargo dos sócios Manuel Jesus Silva, Jaime de Lima branco e Sérgio Fernando Pereira de Carvalho.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

10 de Janeiro de 2003. — A Primeira-Ajudante, (*Assinatura ilegível.*)
1000194364